

Aprovada na 984ª sessão

ALADI/CR/Ata 980  
11 de outubro de 2007  
Hora: 10h às 11h45m

### ATA DA 980ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 978ª sessão.
4. Convocação da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8 "Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio" (ALADI/CR/PR 238/Rev. 2).
5. Relatório da X Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior (ALADI/RE.COMEX/X/Relatório).
6. Relatório da Quadragésima Oitava Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAF/M/XLVIII/Relatório).
7. Relatório do Secretário-Geral sobre sua participação na Assembléia Geral das Nações Unidas e reuniões de trabalho com o BID.
8. Relatório sobre o estado de avanço dos Grupos de Trabalho.

9. Assuntos diversos.

- A Representação do Paraguai anuncia que cancelará sua dívida com a Associação no decorrer de 2008 e que foi designado como Representante Permanente o Embaixador Emilio Giménez.
- A Representação do Equador solicita incluir na ata uma reflexão sobre as barreiras na integração de nosso pensar.

---

Preside:

GONZALO RODRÍGUEZ GIGENA

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Guillermo Daniel Raimondi, Roxana Cecilia Sánchez e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia), José Humberto de Brito Cruz, Liliam Beatris Chagas de Moura, Eduardo Pereira e Ferreira e Fábio Vaz Pitaluga (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador); Cassio Luisselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Víctor Verdún Bitar e Roberto Pauly (Paraguai), Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti, Álvaro Angel Malmierca Guillada e Luján Barceló (Uruguai), Franklin Ramón González, Luisa López Moreno, Yaritza Rodríguez e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Temos um altíssimo quorum por sorte.

1. Aprovação da ordem do Dia.

...Submete-se a consideração a Ordem do Dia, para alguma sugestão que desejem fazer.

Se não há observação, aprova-se.

2. Assuntos em pauta

...Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Senhora Sofia Camacho, por favor.

SECRETARIA (Sofia Camacho). Os assuntos em pauta que corresponde destacar para esta sessão são os seguintes:

Contribuições recebidas para o orçamento da Associação: do Governo de Cuba, uma transferência bancária pela quantia de 29.019,62 euros, e do Uruguai pela quantia de U\$S 236.628,24.

Foram recebidos convites da Delegação do Brasil, com a transcrição do convite do Ministro de Ciência e Tecnologia ao Secretário-Geral para participar do Segundo Encontro do Fórum de Governança da Internet, que terá lugar no Rio de Janeiro em 12 e 15 de novembro.

A Embaixada do Chile envia, também, ao Secretário-Geral uma nota, do Ministro das Relações Exteriores, convidando-o para participar da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Santiago do Chile, de 8 a 10 de novembro.

A Embaixada da Federação da Rússia envia ao Secretário-Geral uma nota, do Presidente da CEI, reiterando o convite para visitar a Rússia no mês de outubro. Essas são todas as notas a serem destacadas, senhor Presidente. Obrigado.

1. Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota EMSUR Nº 119, de 19/09/2007.

Comunica sua conformidade com a proposta de modificação ao ponto 4 do documento "Observações do Peru ao Projeto de Mecanismo sobre Notificação de Medidas de Salvaguardas"

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2495/Rev. 1.1

2. Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota EMSUR Nº 127, de 1º/10/2007.

Envia comentários ao Projeto de Origem para a ALADI.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2554.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 192, de 27/09/2007.

Envia nova versão do Projeto de Regime de Origem para a Associação.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2550.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 197, de 05/10/2007.

Envia comentários e propostas do Governo brasileiro ao Projeto de Protocolo sobre Regime de Solução de Controvérsias para a ALADI e manifesta sua preferência de datas de 17-19/10/2007 para a realização da reunião.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2561.

5. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 53, de 28/09/2007.

Remete suas observações aos documentos "Elementos para o aperfeiçoamento do Regime de Origem da ALADI" e "Projeto de Regime de Origem da ALADI".

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2551.

6. Representação Permanente da Colômbia. Nota Nº 147, de 28/09/2007.

Remete seus comentários ao Projeto de Regime de Origem.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2552.

7. Representação Permanente da Colômbia. Nota Nº 149, de 04/10/2007.

Remete comentários ao Projeto de Mecanismo de Notificação de Medidas de Salvaguardas

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2559.

8. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 32, de 26/09/2007.

Envia critérios preliminares ao Projeto de Regime de Origem apresentado pela Delegação do Brasil.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2549.

9. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela junto à ALADI. Nota Nº 2784, de 28/09/2007.

Remete, em anexo, a transcrição textual dos comentários emitidos pelos organismos nacionais competentes relativos ao Regime de Origem proposto pela Delegação do Brasil.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2553.

10. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Cuba. Transferência bancária pela quantia de 29.019,62 Euros equivalentes a US\$ 40.928,69, com parte da contribuição de 2007.

Uruguai: cancelamento da contribuição do ano 2006 US\$ 231.175,00, cancelamento de juros 2004 US\$ 0,03 cancelamento juros 2005 US\$ 0,09, como parte dos juros de 2006 US\$ 5.453,12, total US\$ 236.628,24.

11. Convites recebidos:

Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 198, de 05/10/2007. Transcreve o texto do convite que o Ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil envia ao Secretário-Geral para participar do "Segundo Encontro do Fórum de Governança da Internet" (Rio de Janeiro, 12-15/11/2007).

Embaixada do Chile, Nota de 27/09/2007. Envia ao Secretário-Geral nota do Ministro das Relações Exteriores convidando-o para participar da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Santiago, 8-10/11/2007).

Embaixada da Federação da Rússia. Nota Nº 163, de 28/09/2007. Envia ao Secretário-Geral nota do Presidente da CEI reiterando-lhe o convite para visitar a Rússia no mês de outubro, manifestando-lhe seu interesse em ativar a cooperação entre os órgãos de trabalho de ambas as organizações.

Nações Unidas, Nota de 04/10/2007. Convida o Secretário-Geral para participar da "Third High-level Dialogue of the General Assembly of Financing for Development" (Nova Iorque, 23-24.10.2007).

12. Renovação de servidores centrais (ALADI/SEC/Proposta 278).

13. Relatório final do Seminário-Oficina ALADI/UNCTAD sobre Aspectos Legais do Comércio Eletrônico (ALADI/SEC/di 2105).

14. Relatório final da IX Reunião da Comissão do Artigo 16 do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) (ALADI/SEC/di 2106)."

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria.

3. Consideração da ata correspondente à 978ª sessão

...Passamos ao terceiro ponto da Ordem do Dia, consideração da Ata correspondente 978ª sessão.

Submete-se a consideração.

Não havendo observações, aprova-se.

4. Convocação da Comissão Administradora do Acordo Regional Nº 8 "Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio" (ALADI/CR/PR 238/Rev. 2)

...Passamos ao ponto quarto da Ordem do Dia: Convocação da Comissão Administradora do Acordo Regional Nº 8, Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio.

Conforme o acordado em sessões anteriores, correspondia submeter à consideração a convocação da Comissão, que estava praticamente acordada.

Ofereço a palavra. Caso não houver observações...

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Queria que constasse em atas que isto é uma decisão da reunião da data em que está estabelecida, mas queria reiterar que no documento informativo 2530, nossa delegação tinha manifestado, por escrito, que esta reunião, para nós era mais conveniente que se realizasse depois do Conselho de Ministros e por mandato expresso. Portanto, desejo que conste isto, porque já uma maioria acordou realizar a reunião na data estabelecida. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela.

De acordo com seu pedido, ficará expressa constância em atas.

Aprovamos, portanto, o Projeto de Resolução, que fica registrado como Resolução 320 do Comitê de Representantes.

“RESOLUÇÃO 320

CONVOCAÇÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ADMINISTRADORA DO ACORDO REGIONAL Nº 8 “ACORDO-QUADRO PARA A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO MEDIANTE A SUPERÇÃO DAS BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO”

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA A Resolução 59 (XIII), do Conselho de Ministros, a Resolução 292 e o documento ALADI/CR/dt 199/Rev. 1, do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Convocar a Primeira Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional Nº 8, para os dias 24 e 25 de outubro de 2007, na sede da Associação.

SEGUNDO.- Fica sem efeito a Resolução 318, de 15 de agosto de 2007.

TERCEIRO.-Aprovar para essa reunião a seguinte

AGENDA

1. Considerações gerais sobre o Acordo Regional Nº 8 “Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio mediante a superação das Barreiras Técnicas ao Comércio”.
2. Avaliação das normas sobre Barreiras Técnicas ao Comércio contidas nos Acordos assinados pelos países-membros no âmbito da ALADI (Documento de Trabalho 13, de 15 de novembro de 2005).
3. Apresentação do documento “Elementos a serem considerados para o Aperfeiçoamento do Acordo Regional Nº 8” (Doc. Inf. 790).
4. Debate geral.
5. Conclusões.
6. Assuntos diversos.”

5. Relatório da X Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior (ALADI/RE.COMEX/X/Relatório).

...Passamos ao ponto quinto da Ordem do Dia, Relatório da Décima Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística sobre Comércio Exterior.

A Secretaria-Geral nos informará sobre esta reunião.

SECRETÁRIO-GERAL. Peço licença ao senhor Presidente para solicitar ao Subsecretário José informações sobre o correspondente relatório.

SUBSECRETÁRIO (José Rivera). Obrigado, senhor Secretário-Geral.

A X Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior da ALADI, a X RECOMEX, realizou-se em 3 e 4 do mês corrente, na sede da ALADI.

Os objetivos da reunião foram o desenvolvimento da coordenação com as fontes oficiais para o Sistema de Informação de Comércio Exterior – SICOEX- e o Centro Regional de Informação Comercial –CRIC- da ALADI, bem como para conhecer e analisar os avanços dos trabalhos dos Sistemas de Informação, Informática e Estatísticas da Associação.

Participaram da reunião de Representantes dos Escritórios Nacionais dos países-membros, bem como de diversos Organismos Internacionais Regionais, como a OEA, o MERCOSUL e as Nações Unidas, por meio de sua divisão de estatísticas.

No desenvolvimento da RECOMEX, foram tratados os seguintes temas: Relatório acerca do cumprimento das recomendações da IX RECOMEX, celebrada em 2006; Relatório sobre a evolução e o aperfeiçoamento do sistema de informação da Associação; atualização do Manual de Instruções para o Fornecimento Uniforme da Informação Estatística de Comércio Exterior dos países-membros da ALADI e atualização do diagnóstico analítico sobre o cumprimento desse manual; relatório sobre a situação da ALADI, da Compilação de Estatísticas de Comércio Internacional de Serviços; relatório sobre os avanços em matéria de assistência técnica aos escritórios governamentais; apresentação do estudo comparativo das instruções de fornecimento de informação da ALADI, CAN e MERCOSUL, e apresentação do protótipo informático do módulo de captura de informação.

As recomendações da X RECOMEX, são resumidas nos seguintes pontos:

Primeiro, continuar com a política de atualização tecnológica da infra-estrutura informática da Secretaria e fortalecer a capacidade instalada no Departamento de Informação Estatística da ALADI, bem como continuar com as sessões de cooperação técnica para os escritórios governamentais.

Segundo, explorar com os diferentes organismos dos países participantes a celebração de reuniões à distância, a fim de promover os planos da assistência técnica, inclusive realizar tarefas de capacitação.

Terceiro, encomendar à Secretaria-Geral, realizar as ações pertinentes por ocasião das mudanças derivadas da atual emenda do Sistema Harmonizado, para terem atualizados os produtos de informação dela dependentes.

Quarto, encomendar à Secretaria-Geral, a realização de um estudo do real aproveitamento, por parte da Associação e dos usuários demandantes, de informação das variáveis fornecidas pelos organismos nacionais deste foro técnico.

Quinto, encomendar à Secretaria-Geral, estudar a possibilidade de promover a adoção, pelos países-membros, de normas livres e comuns de intercâmbio e difusão de dados e metadados e, finalmente, criar as condições para realizar as reuniões futuras na sede das entidades governamentais encarregadas do fornecimento da informação estatística de Comércio Exterior. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Subsecretário. O Comitê toma conhecimento do mencionado relatório que será enviado a quem corresponda.

6. Relatório da Quadragésima Oitava Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XLVIII/Relatório)

...Passamos ao sexto ponto da Ordem do Dia que é um Relatório da Quadragésima Oitava Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.

A Secretaria-Geral nos informará a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Solicito ao Subsecretário Isaac Maidana informação sobre o mesmo.

SUBSECRETÁRIO (Isaac Maidana). Muito obrigado, Presidente e Secretário-Geral.

Os senhores tem em seu poder o documento respectivo, distribuído como ALADI/CAFM/ XLVIII/Relatório, de 4 de outubro de 2007. Para informar sobre os principais resultados desta reunião, realizada em 2, 3 e 4 deste mês, informo que em relação aos trabalhos desenvolvidos, foi analisado o funcionamento do Convênio, os resultados da última reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, os Relatórios dos Bancos Centrais, o disposto na Resolução 100 do mencionado Conselho, referente à nova estrutura do Código de Reembolso e os Relatórios do Centro de Operações sobre o funcionamento do Sistema Computadorizado de Apoio ao Convênio SICAP/ALADI.

A Comissão Assessora encomendou uma série de trabalhos ao centro de operações relacionado, entre outros, com a implementação e desenvolvimento dos Web's Service, prevendo também realizar no próximo ano uma reunião técnica do sistema do SICAP.

Por último, senhor Presidente, a Comissão Assessora, encaminhou ao próximo Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários uma recomendação do Projeto de Resolução para modificar alguns artigos do Regulamento do Convênio de Pagamentos, referentes, fundamentalmente, à integração do grupo de suporte do Centro de Operações, bem como a incorporação de novas funções ao mesmo. Isso é tudo, Presidente

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Subsecretário.

Também neste caso o Comitê toma conhecimento do relatório apresentado.



7. Relatório do Secretário-Geral sobre sua participação na Assembléia Geral das Nações Unidas e reuniões de trabalho com o BID

...O ponto sétimo da Ordem do Dia é um Relatório do Secretário-Geral sobre sua participação em duas reuniões: na Assembléia Geral das Nações Unidas e em reuniões de trabalho com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Na condição de Secretário-Geral, participei como Observador da ALADI do Sexagésimo Segundo Período de Sessões da Assembléia das Nações Unidas, inaugurado em 17 de setembro em Nova Iorque. Nessa oportunidade, tive uma reunião com o Presidente da Assembléia Geral e ex-Ministro das Relações Exteriores da ex República Iugoslava de Macedônia, Embaixador Srgjan Kerim, onde informamos dos trabalhos que se realizam na Associação e, naturalmente, visualizar, do ponto de vista mais geral, a agenda das Nações Unidas no que se refere ao Período de Sessões.

Fui convidado, também para participar do grupo GRULAC, no âmbito dos países da ALADI, presidida pelo Embaixador do Paraguai, Embaixador Eladio Loizaga, que enviou o respectivo convite a essas delegações.

Nessa oportunidade, tivemos uma reunião de trabalho, um pouco extensa, na qual informamos, de forma pormenorizada, a função desta Associação em termos de globalização e região, em termos de região e integração e, em particular, à luz da integração na ALADI, como uma alternativa fundamentalmente de caráter comercial, sem prejuízo dos demais aspectos que nela são tratados.

Em particular, informamos sobre a agenda do próximo Conselho de Ministros, destacando sua importância, do ponto de vista da continuação e aprofundamento do processo, iniciado nas Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), com antecedentes prévios a 2004. E em forma específica, enfatizamos nos temas de Acesso ao Mercado, em Normas e Disciplinas, apoio aos países de menor desenvolvimento relativo, bem como as matérias complementares que abrangem energia, integração física e digital, fomento produtivo, competitividade e promoção do comércio e relacionamento com os setores empresarial, trabalhista e acadêmico.

Farei um brevíssimo balanço desse encontro, e à luz dos comentários nele feitos por Representações dos países sócios da ALADI, manifestou-se a necessidade de estar em condições de oferecer esta informação por parte de cada uma dessas delegações, ao âmbito universal no qual, a Assembléia Geral e suas agências relacionadas e órgãos vinculados se ocupam.

Portanto, creio que serviu para fazer uma referência muito específica ao vínculo da ALADI com as Nações Unidas, tanto no corpo político, neste caso como Observador junto à Assembléia, também com suas agências, particularmente com a UNCTAD, da que recebemos, oportunamente, apoio para a celebração de reuniões de caráter técnico que, inclusive, realizar-se-ão, alguma delas, no próximo mês de novembro, depois da celebração da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Igualmente, assinamos um Memorando de Entendimento e de Recíproca Cooperação, tramitado previamente, com a Direção de Estatística do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o senhor Diretor, Paul Cheung. Este Memorando deverá ser transmitido formalmente, como corresponde, às Delegações, para seu conhecimento e,

uma vez concluído o processo de formalização protocolar das Nações Unidas nesta matéria. Portanto, informamos que na próxima semana já contaríamos com o documento em seu formato final, momento no qual estaremos em condições de fazer esta comunicação. Isso é quanto queria dizer sobre a visita às Nações Unidas.

Em relação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no entendimento de que no trabalho de configuração do Espaço de Livre Comércio o Banco esteve prestando cooperação de caráter técnico, materializada em cada um dos contratos de peritos independentes que distribuíram seus relatórios a este Corpo e à própria Secretaria. Visualizamos a possibilidade de estender este programa a outras áreas, depois da reunião do Conselho de Ministros. Isto é, levando em conta as decisões do próprio Conselho de Ministros em sua próxima sessão, que será a política do novo período da Administração, mas encontrando no Banco uma disposição para continuar trabalhando de modo similar ao atual.

Devo, simplesmente manifestar, neste ponto, que no aspecto concreto de concluir alguns trabalhos, principalmente no que tem a ver com alguns dos temas, em especial Origem, a disposição do Banco a completar o período de execução da cooperação, facilitando os meios financeiros para que possam participar peritos dos países-membros da ALADI, pela proximidade diria, em todo caso, do Conselho de Ministros. Portanto, essa é uma boa notícia do ponto de vista daquelas delegações que tinham demonstrado, em algum momento, o interesse de contar com essa ajuda.

Finalmente, e como sobrevivente, devido a que este relatório tinha sido elaborado em um Comitê anterior e depois, por razões alheias a minha vontade, não pude assistir, posteriormente viajei ao Paraguai para participar de uma reunião, convidado pelos organizadores, da qual vou a compartilhar apenas com os senhores aqueles temas que têm a ver com a atividade específica da ALADI, porquanto a reunião foi de caráter mais amplo.

Convocada pelo CEDEP, instituição de caráter não governamental, com sede em Assunção e vinculada, naturalmente, aos trabalhos particularmente do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, com sede em Assunção, foi criado este instituto CEDEP que, neste caso particular, encarregou-se dos temas Proteção dos Consumidores na América, Comércio Eletrônico, Comércio à Distância, que tem algumas dificuldades graves em matéria de garantia para os compradores. Este é um tema que está vivendo intensamente nossa região, os países provedores de fora da região e dentro da região.

Posteriormente trabalhamos na configuração de 2 projetos. Um projeto de lei uniforme, para que os países que ainda não possuem legislação em matéria de proteção ao consumidor final de bens ou de serviços na região possa adotá-lo como uma espécie de elemento a ser levado em conta, a ser considerado, como uma espécie de guia e, um segundo projeto que tem a ver com a solução do conflito de leis em matéria de proteção ao consumidor, onde o Brasil está trabalhando intensamente com vistas -e existe um projeto articulado- a uma reunião que teria lugar no mês de dezembro para tratar este tema.

Já que o consumidor é um tema ligado às atividades da ALADI, no tema particularmente de caráter social, visto não do plano do comércio exclusivamente, mas do plano de destinatário final do comércio, considerei importante compartilhar, com licença do senhor Presidente, esta informação.

Tivemos, também, nessa visita, outras entrevistas de caráter pessoal e protocolar que, creio, não tem a ver com a agenda da ALADI. Portanto não farei novos comentários, a não ser que me sejam solicitados. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

Se não é solicitado algum esclarecimento, passaríamos ao ponto 8 da Ordem do Dia.

4. Relatório sobre a situação de avanço dos Grupos de Trabalho.

...que tem a ver com o avanço dos Grupos de Trabalho que estão funcionando com vistas a enviar suas conclusões ou recomendações a este Comitê para, posteriormente, serem submetidos ao Conselho de Ministros.

Queria fazer uma breve intervenção para comunicar algumas preocupações da Presidência do Comitê. Hoje é 11, falta um mês e cinco dias para a reunião do Conselho de Ministros, restam pouco mais de 4 semanas, entre as quais, temos compromissos de trabalho e compromissos de nossos países, que certamente dificultarão as reuniões do Comitê ou de Chefes de Representação, para poder levar adiante nossos trabalhos com êxito.

Se observamos o calendário, o qual estive fazendo cuidadosamente, na próxima semana, que começa em 16, a semana seguinte que começa em 22 até 26, mas com os dias 24 e 25 certamente restringidos de alguma forma, por trabalhos do MERCOSUL, que celebrará sua reunião de Coordenadores e sua reunião do Conselho de Ministros, e a semana que começa em 29 e finaliza no dia 2.

Essa seria a última data até a qual poderíamos ter chegado a acordos para serem enviados às capitais para sua consideração e, calculo que a data de 1º seria realmente a última data para a consideração destes acordos com alguma atenção nas capitais, já que na semana seguinte, que começa no dia 5 de novembro, é uma semana que nos dias 9 e 10 se celebra a Cúpula Ibero-Americana, com o qual, nossas Chancelarias, certamente estarão bastante ligadas aos trabalhos da Cúpula, fato que nos abriria a possibilidade de que chegassem algumas observações aos documentos enviados por nós nessa semana e nos primeiros dias, na segunda e terça-feira da semana do próprio Conselho de Ministros, para poder fazer alguma correção relativamente menor aos acordos que deveriam ser adotados pelos Ministros.

Portanto, nessas três semanas que mencionei, devemos avançar com a suficiente profundidade para poder aprovar da melhor forma possível e mais próxima aos Projetos de Resolução que seriam submetidos à consideração do Conselho de Ministros.

Preocupa-me, como Presidência, que há algumas reuniões, por exemplo, a reunião sobre o Regime de Salvaguardas, programada para 29 de outubro, para considerar o ponto. Avançou na notificação do mecanismo, mas para a discussão do Regime foi fixada a data de 29 de outubro, que implicaria, praticamente, que dela deveria sair algo definitivo. E está a Reunião sobre Soluções de Controvérsias para os dias 17,18 e 19 e, de Origem, para os dias 22, 23 e 24. Estou falando do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas

Amanhã temos uma reunião sobre Acesso a Mercados e segundo o resultado serão convocadas, certamente, alguma ou algumas reuniões para próxima semana e tenho entendido que há uma reunião do Grupo de Trabalho dos PMDERs para a terça-feira da próxima semana. Esse é o panorama que estamos enfrentando e essa é a pressão de tempo que, certamente, implicará necessariamente uma série de reuniões bastante forte.

Desejaria, com este matiz de fundo, que os Coordenadores dos Grupos de Trabalho nos fizessem, neste momento, um breve resumo do estado de situação dos respectivos

Grupos de Trabalho, para depois adotar alguma decisão em relação a um calendário de reuniões, a partir da terça-feira 16, que gostaria que fosse resolvido neste Comitê.

Solicitaria, portanto, à Representação do Chile, que nos informasse sobre os leques do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, senhor Presidente.

Tratarei de ser breve. A seguir apresentarei um relatório sobre os avanços do Grupo de Normas e Disciplinas. Começo por Mecanismos para a Notificação das Medidas de Salvaguarda. No dia 9 reuniu-se o Grupo, foi feita a revisão do documento ALADI/SEC/Proposta 274 “Projeto de Mecanismos de Notificação de Medidas de Salvaguarda”.

A esse respeito, foi revisado o conteúdo do texto apresentado, indicando os ajustes compartilhados pelas Representações, foi feita uma revisão especial aos formulários apresentados pela Secretaria-Geral para facilitar, nas capitais, a preparação dos dados para tornar efetivas as notificações e a proposta de resolução.

Foi aprovada a proposta de introduzir esses formulários na *web* da ALADI, juntamente com os banco de dados que será gerado a partir da efetiva aplicação do mecanismo, sobre os casos de salvaguarda que surgirem. Tudo isto no âmbito de um exercício de transparência.

É importante retificar que a recomendação do Grupo é manter toda esta informação em um lugar público e ao alcance dos interessados. O mecanismo de notificação e os formulários foram enviados aos países em 10 do corrente e foi adiada a data para que as Representações comunicassem sua conformidade ao formulário até 16 de outubro.

Salvaguarda: realizou-se uma reunião do Grupo de Trabalho para pronunciar-se sobre a proposta da Secretaria-Geral intitulada “Elementos de Juízo para o Aperfeiçoamento do Regime de Salvaguarda”. Isto trata de *aggionar* a Resolução 70, dirigida à atualização do Regime de Salvaguarda da ALADI. Para tanto, foi acordada a convocação, para a segunda-feira, 29 de outubro, de uma reunião que certamente levará uma manhã, para discutir estes elementos de juízo.

As datas fixadas, como disse o senhor Presidente, foram conseqüência do estado de situação das reuniões não somente deste Grupo mas dos outros, por isso estamos com pouco tempo.

Terceiro: Regras de Origem. A Delegação Permanente do Brasil apresentou, em 15 de agosto de 2007, para consideração das demais Representações, um projeto de Regime de Origem para a ALADI. O projeto, além de ser enviado diretamente pela mencionada Delegação, foi enviado pela Secretaria, mediante Nota 56/07, de 16/08. Neste caso foram solicitadas observações aos países-membros. Para esses efeitos a maioria dos países respondeu a solicitação e apresentou observações, as quais foram recolhidas pela Secretaria e difundidas entre as Representações mediante uma série de documentos.

Durante a reunião do Grupo de Trabalho, de 9 de outubro corrente, acordou-se realizar nos dias 22, 23 e 24, como o senhor assinalou, com a presença de peritos de capitais. A esse respeito solicitou-se ao Coordenador fazer todos os esforços necessários para que a Secretaria-Geral ajude a financiar esta reunião, já que algumas Representações têm dificuldades para poder financiar a participação do perito, fato que consideramos muito

importante. Portanto, solicito fazer os maiores esforços possíveis para esse financiamento, para que as Representações não fiquem condicionadas a enviar seu perito.

Embora tenha sido debatida, nesta reunião, a necessidade de definir o objetivo desta, a maioria dos membros do Grupo determinou que sua convocação não fosse modificada e está dirigida, essencialmente, a atualizar o Regime Geral de Origem, isto é a Resolução 252

Quarto: Solução de Controvérsias. Em 24 e 25 de setembro reuniu-se o Grupo de Trabalho, com a presença de todas as Representações Permanentes, algumas delas acompanhadas por funcionários de suas capitais. Nessa reunião acordou-se analisar o projeto apresentado pela Delegação Argentina, artigo por artigo, utilizando uma guia de discussão de documento base, 482, elaborado pela Secretaria contendo essa proposta e as observações apresentadas pelos países-membros.

Igualmente, em virtude de que no desenvolvimento da discussão alguns países-membros apresentaram propostas de texto aos artigos e comentários, foi elaborado um quadro comparativo com as observações apresentadas no desenvolvimento da reunião. Esse documento foi entregue a todas as delegações.

É preciso destacar que a duração da reunião, bem como as muito detalhadas discussões realizadas pelos países-membros, permitiu analisar somente até o Artigo 9, de mais de 40, inclusive referido ao órgão interveniente, tendo-se recebido propostas de texto, no âmbito desta reunião até o Artigo Oitavo. Nesse sentido, ressaltou-se a necessidade de continuar a análise do projeto apresentado pela Delegação Argentina, no âmbito do Grupo de Trabalho. Em virtude do anterior, foi acordado realizar uma reunião de três dias, 17, 18 e 19 de outubro, com a participação dos técnicos das capitais, a fim de continuar avançando na revisão deste articulado.

Adicionalmente, como conclusão da reunião solicitou-se à Secretaria a elaboração de um quadro comparativo completo do projeto apresentado pela Argentina e as propostas de texto dos países-membros e um novo projeto de articulado à luz das observações feitas e das propostas de texto dos países-membros, que consolidem os consensos e identifiquem, quando corresponda, as diferentes alternativas. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Delegação do Chile. Muito pormenorizado e fotográfico o relatório.

Solicitaria à Delegação Argentina atualizar-nos sobre o Grupo de Trabalho das Forças Produtivas no Processo de Integração.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Realizamos, neste último período, oito reuniões de trabalho. Estamos fazendo a sexta revisão de um projeto de resolução. A continuação deste Comitê, realizar-se-á uma nova reunião do Grupo de Trabalho das Forças Produtivas, que consideramos será a última reunião do Grupo.

Sabemos alguma delegação tem a intenção de apresentar algum trabalho adicional, mas realmente não vai chegar para os trabalhos desenvolvidos. Portanto, deverá ser, eventualmente, submetido à consideração do Comitê e acreditamos termos os materiais para contar com um projeto de resolução consensuado, em geral, para a consideração do Comitê.

Para a próxima reunião deste órgão, que tenho entendido seria na terça-feira próxima, segundo anunciou o Presidente, creio que já poderíamos considerar concluído este tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação da Argentina.

Fico contente pelo avanço do projeto de resolução, que será considerado pelo Comitê. Solicitaria à Delegação da Venezuela informações sobre o Grupo de Trabalho sobre os PMDERS.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Ontem, como tinha sido estabelecido, nos reunimos. Estiveram presentes todas as delegações e tratamos duas minutas, ou seja, trabalhamos com dois projetos.

O primeiro, referente ao Plano de Ação apresentado pelo Subsecretário Maidana. Nesse Plano de Ação devemos ressaltar que se faz uma proposta, não para que seja considerada em um ano, mas é uma proposta bianual e depois da apresentação feita, não somente em termos escritos, mas com lâminas, houve uma ampla discussão e as Representações fizeram considerações, apresentaram dúvidas, propostas, algumas delegações manifestaram a necessidade de fazer consultas a suas capitais e podemos dizer que consideramos termos avançado bastante.

Determinamos um prazo, a terça-feira às 15h, voltaremos a reunir-nos e nessa reunião trataremos as observações enviadas pelas capitais daqueles países ou Representações que expresse a necessidade de fazer a consulta, que se possam manifestar, na medida em que cheguem as observações, para que na terça-feira a reunião seja mais ágil e nos permita obter uma proposta que depois será considerada neste Comitê.

O segundo ponto considerado foi o projeto de resolução. E aqui, em nome da Coordenação, dediquei-me a fazer algumas consultas com várias Representações, começando pelos países que fazem parte dos PMDERS. Havia uma primeira minuta, elaborada pelos três países que conformam os PMDERS, mas em consultas realizadas com várias delegações, considerou-se que podíamos fazer um esforço para apresentar um projeto que pudesse ter o consenso de todas as delegações.

Esse documento está identificado como Documento Informal 866, em poder de todas as delegações. Igualmente acordamos que na terça-feira trataremos de chegar a acordo com relação à Resolução e daqui até a segunda-feira, estarei fazendo as consultas com todas as delegações, começando pelos PMDERS e uma vez que possamos avançar com eles, fazê-lo com as demais delegações.

Desejo insistir em uma proposta feita neste Comitê que assumi para ser tratada também no Grupo. Estamos fazendo um esforço realmente para que a Resolução seja uma Resolução de consenso e insistiremos nisso porque pensamos que, começando pelos países de menor desenvolvimento econômico relativo, é muito melhor que uma Resolução seja aprovada por consenso e não mediante votação. E ontem, nessa reunião propusemos que não queríamos chegar ao extremo de ter que votar, por isso faremos os máximos esforços para obter o consenso.

Creio que as condições estão dadas para isso e é possível, então, para a próxima semana, termos resolvido o Plano de Ação e o Projeto de Resolução.

Isso era tudo o que queria informar Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço muito à Delegação da Venezuela pelo relatório sobre o Grupo de Trabalho dos PMDERs.

No referente ao Grupo de Trabalho de Acesso aos Mercados, tivemos três reuniões, amanhã teremos a quarta. Na última reunião já tinham sido distribuídos duas minutas do Projeto de Resolução para poder iniciar a discussão sobre o acesso aos mercados, principalmente em sua parte tarifária e com algumas especificações de início de temas relacionados com serviços e uma resolução sobre restrições não-tarifárias.

Na terceira reunião receberam-se alguns comentários gerais, como não podia ser de outro modo, e tinham sido distribuídos os respectivos projetos a serem considerados nas capitais, porque tinham sido distribuídos com anterioridade. Portanto, esperamos, na reunião de amanhã, poder começar a discutir já com base nos argumentos enviados pelas capitais.

Trabalharemos, como manifestou a Delegação da Venezuela para chegar a um consenso. Esperemos que, por essa via, possamos chegar a bom destino neste Grupo, caso contrário será submetido, posteriormente, à consideração de Chefes de Representação e do Comitê de Representantes.

Queria que todas as Representações tivessem uma idéia da situação. Perceberão que ainda temos, como dizia, duas semanas e poucos dias, para poder mandar as observações às capitais. A situação está relativamente verde. Haveria dois projetos de Resolução, dois temas que estariam muito próximo de sua conclusão, os demais estão pendentes e, em muitos casos, só se iniciará a discussão com mandados das capitais.

Gostaria de fazer uma rodada das delegações sobre suas impressões da situação atual e quais poderiam ser os caminhos a empreender nestes próximos 15 dias. Tenho uma idéia que espero apresentá-la de forma mais concreta.

Adiante, tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Depois de escutar que há muito trabalho nesta mesa, e muito esforço de muitas delegações, e de ter falado com quase todos os colegas, creio que nos falta, principalmente, um *modus operandi* em função do manifestado pelo senhor.

Creio que em algo estamos todos de acordo que é que “o tempo está correndo muito rapidamente” “que o destino já nos atingiu”, como dizia aquele velho filme. Creio que podemos trabalhar, quase não sei se em sessão permanente, ter a possibilidade de reunirmos aqui de maneira informal, com um pouco menos de protocolo, e visualizar 2 coisas, o conjunto e as partes.

Identificar entre nós, os obstáculos que estão surgindo, os pontos em que não chegamos a um acordo, nos que não avançamos, com sentido de história, de fraternidade, de generosidade, e tratar se superá-los, citando um formato um pouco mais fluído e um pouco mais permanente entre nós, para poder desentruar e avançar, porque há muita matéria que pode transformar-se em substância e resoluções positivas.

Salientaria não perder a visão, chegar com uma série de acordos que dêem visão e sentido de rumo a um trabalho que aqui se acredita, existe e é importante. Basicamente é

uma proposta de *modus operandi*. Em síntese, um sistema quase de sessão permanente, mais informal, e estamos tratando continuamente de chegar a resolver o tema na reunião de Ministros. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do México. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigado, Presidente. Também a Delegação da Colômbia desejaria expressar a firme vontade de cooperar para chegarmos com trabalhos concretos e com o temário que nos propusemos, com nosso compromisso como países mobilizadores dos temas da ALADI.

Devemos lembrar que o Conselho de Ministros é o recipiente de nosso próprio trabalho. Os mandados que receberemos do Conselho de Ministros são mandados que deveremos ser capazes de levar à prática. Portanto, temos o desafio de saber se, na verdade, estamos comprometidos a dar à Associação o impulso que todos manifestamos em diferentes oportunidades.

Desejo declarar que para a Colômbia há um compromisso claro, trabalhar com cada um dos temas. Assim demonstramos no transcurso de todas nossas atividades e gostaria de não concluir esta sessão sem ter claro que faremos reuniões preparatórias, como manifestou o Embaixador do México, uma sessão permanente, ia dizer de contínuas reuniões e creio que se expressam melhor em uma sessão permanente, até não cumprirmos os objetivos, diria uma reunião diária. Proponho que a partir deste momento até a aprovação das Resoluções e concluindo com os temas, façamos uma reunião diária, de acordo a nossas agendas, de manhã e pela tarde, mas ter daqui em diante sessões diárias.

Proponho também que sejam de Chefes de Representação. Isto é, que não sejam feitas como as dos Representantes de nossas capitais, que no momento preciso suprirão temas. Devemos saber quais são os outros e avançar de forma diária, para cumprir com nossos compromissos, permitindo às nossas capitais, às nossas delegações, fazer as consultas necessárias para poder concretizar os temas no Conselho de Ministros. Essa é a proposta da Colômbia. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora da Colômbia. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Além de aderir plenamente ao manifestado pelas Representações do México e da Colômbia, desejo fixar a posição da Delegação Argentina, porque das conversações vai surgindo o que para uma delegação parece possível ou não, porque à margem de que nos reunamos de manhã, pela tarde ou de noite, necessitamos levar temas concretos, consultados de forma concreta com nossas capitais e, ao mesmo tempo, não se esgotam na Chancelaria, devem passar pelos diferentes Ministérios, portanto, à margem de nossa disposição de reunir-nos, temos muito pouco tempo.

A Delegação Argentina deseja avançar e tratar de chegar a um acordo claro no tema de origem. Desejaríamos chegar a uma Resolução sobre o tema de Origem, não um mandado, mas uma Resolução que estabeleça um critério de Origem que supere o da Resolução 252.



Queremos chegar a uma resolução sobre o tema de Solução de Controvérsias. Não queremos novamente um mandado dizendo uma coisa ou tal outra. Queremos chegar ao Conselho de Ministros com uma proposta de Solução de Controvérsias.

Da mesma maneira, chegar à Reunião de Ministros com avanços substanciais no tema de acesso ao mercado. Apresentamos, ontem, um projeto de modificação de superação da preferência tarifária regional, como uma forma concreta de avanço no tema para o Espaço de Livre Comércio.

Queremos avançar em temas concretos vinculados com os PMDERs e atualmente vou muito além dos PMDERs. A realidade é que a Representação, a Associação Latino-Americana de Integração, várias vezes tentou o ingresso de outros países, Panamá, Nicarágua, Honduras, etc. e, na verdade sempre encontramos uma série de dificuldades para definir critérios, em que caráter entrariam esses países. Já nos aconteceu quando do ingresso de Cuba. Então, gostaria, por um lado, saber se somos capazes de pedir à Secretaria os critérios históricos para agrupar os países em países de menor desenvolvimento, países de desenvolvimento relativo e países maiores, digamos.

Pedir à Secretaria que também, com o mesmo critério elabore um índice atualizado do que deveria ser um PMDER, porque passaram 27 anos da criação da ALADI. 27 anos, de 1980 até o presente, o mundo mudou enormemente e, além disso, as mudanças se aceleraram. Nesse esquema me parece que seria muito útil ir pensando como vai evoluir a ALADI, além do Espaço de Livre Comércio, no qual já estamos todos comprometidos porque estão as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII).

Quando o Embaixador do México diz: “devemos visualizar o rumo”. E o rumo é somente a criação do Espaço de Livre Comércio como nos inculcaram, ou devemos incorporar a nossa análise um monte de elementos que estão acontecendo no mundo e que não deixam de afetar nossa região e, obviamente não deixa de afetar a ALADI.

Se os senhores me perguntam, creio que seria o momento de dar um salto qualitativo nesta matéria. Com franqueza, gostaria não de um programa bianual para os PMDERs, gostaria de um Programa para quinze ou vinte anos, onde disséssemos “Isto é o que vamos obter, a isto apontamos, isto tentamos conseguir”, porque a verdade é que se olharmos para atrás e vemos os avanços obtidos com os programas dos PMDERs, é quase nada. E faço constar que nesse quase nada há uma participação de cada um de nós, incluindo os PMDERs, que fizeram propostas durante esses 20 anos, que foram ineficientes para melhorar sua qualidade, e nós também estamos de acordo com isso.

O reconhecimento de uma situação determinada serve na medida em que seja levado em consideração para mudar essa situação, não para mantê-la em caráter permanente. Esta é a filosofia, Presidente, com que a Argentina aspira chegar ao Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Olima. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente.

Tenho a desvantagem de trazer um texto escrito, o que da rigidez que não responde a muitas das intervenções dos que me antecederam e, portanto, muitas das apreciações feitas, as compartilho plenamente, particularmente a do Embaixador do México a da

Embaixadora da Colômbia e muitas das coisas manifestadas pelo Embaixador da Argentina, que são muitas para enumerá-las.

Depois de escutar as intervenções dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho e, especialmente, a do Representante Alternativo e Coordenador do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas do Chile, desejo com muita força, com muito entusiasmo, reafirmar o compromisso do Chile com o processo de integração, ao qual dedicamos particular atenção, a partir da restauração democrática, que já não é tão recente. Na verdade já, o número de anos de ditadura é o mesmo dos que levamos de democracia.

Este é um processo que se está iniciando, digo o da integração, o da negociação, o dos avanços nos diferentes temas nos Grupos de Trabalho e, queremos indicar que para nós, para nosso ânimo, nossa intenção, teria sido ter mais ALADI no momento de enfrentar este novo Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI.

Consideramos que nossos países necessitam mais integração. Ficam um número de temas pendentes, que não vou detalhar porque, na verdade, os conhecemos todos, todos conhecemos muito bem as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII), mas particularmente a 59, onde estão resumidos todos os temas e fica claríssimo que os temas maduros, os temas que já foram tratados, os temas que estão com perspectivas de serem projetos de resolução, são apenas uma pequena parte deles.

Não pretendemos, como país, forçar nossos sócios da ALADI para avançar em matérias que devem ser tratadas com mais tempo, mas é muito importante manifestar claramente a vontade política de avançar, para que possamos, pelo menos, iniciar um tratamento mediante estudos e seminários, que nos ajudem a ver, de forma mais clara e transparente os temas, os que não estão acima da mesa. Queremos desmistificá-los e tratá-los sem ortodoxias pré-concebidas e com muito realismo. Estamos dispostos a continuar contribuindo com esta proposta.

Também acreditamos que quando já transcorreram 3 longos anos do passado Conselho de Ministros, corresponde perguntar-nos se nosso ritmo de avanços é congruente com o mandato recebido ou se pudemos ter percorrido um maior trecho.

Falta um pouco mais de um mês para o Conselho, tempo que, com flexibilidade, generosidade e criatividade pode, além do que pode, deve ser altamente produtivo. Na realidade isto é uma repetição porque está no ambiente o que está ocorrendo. Desejamos acompanhar todos os países neste esforço conjunto, de modo de poder dar um sinal a nossos Ministros de que a ALADI é um organismo plenamente vigente, com capacidade de propostas e um marco adequado para realizar processos de negociação em diferentes matérias, independentemente de que alguns não possam participar plenamente de seus inícios. Por isso consideramos que os acordos de alcance parcial são uma ferramenta possível que deveria ser discutida, idéia que deixamos apresentada somente com esse caráter. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Chile. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bom dia a todos.

Desejo retomar algumas reflexões, começando pela do México, com a qual concordo, que para ter melhor rendimento, para funcionar melhor, deveríamos repensar os passos

que estamos dando, e creio que se deveriam ajustar alguns pontos e ainda estamos a tempo de tratar o tema.

Proponho duas sugestões: Primeiro que os Chefes de Delegação assistamos às próximas reuniões para ganhar tempo. Nós mesmos, aos Grupos de Trabalho que estão pendentes, porque há um mecanismo em que se perde tempo quando um coordenador de um tema consulta o chefe de delegação se aceita a mudança, outro por telefone propõe outra mudança e vai se modificando tudo e perde-se tempo nas consultas. Seria mais fácil se estivessem todos juntos porque dessa maneira todos conheceriam ao mesmo tempo as propostas e poderiam resolver nesse momento todos juntos para ganhar tempo. Essa seria uma proposta.

A segunda proposta é concretizar um horário informal para estarmos aqui, que poderia ser escolhido, para estar reunidos uma ou duas horas por dia, porque teríamos a possibilidade de estar juntos, fora dos Grupos e também nos Grupos para ganhar tempo, porque há uma frase que meu país está repetindo e eu a repito e é que, às vezes, estamos juntos, mas de costas. Para que serve estarmos juntos, se cada delegação tem um cubículo, estamos no mesmo edifício, mas estamos de costas e para encontrar-nos devemos estar comunicados de forma direta e devemos encontrar espaços para estarmos juntos. Se estamos em outro quarto, poderíamos estar em outro país ou em outro planeta, se simultaneamente nesse instante não podemos dialogar entre todos, não entre dois.

Portanto, apresento esses pontos e desejo expressar que em relação ao manifestado pela Argentina, estou de acordo com suas preocupações, com suas propostas, porque creio que é um desafio que, lamentavelmente, não devemos assumir neste momento, porque são questões de fundo, profundas e somente falta um mês e não sei como podemos superpor o que ele propõe para os diferentes temas específicos que estão tratando e o que ele tinha proposto. Sim gostaria de realizar uma sessão onde, pelo menos nós, cada um, possamos refletir nesses grandes temas apresentados por ele e pelo Embaixador do Chile.

Pelo menos qual é nossa percepção sobre a ALADI, se devemos continuar os velhos rumos destes 27 anos, se estamos presos a esses rumos como dentro de um trem, que nos podemos movimentar dentro do trem, mas o trem somente se movimenta em uma ou em duas direções. Creio que deve existir esse espaço de uma sessão específica para que, pelo menos, de nossa perspectiva, possamos adiantar, o que considero muito razoável e que deveria ter sido um grupo específico ao proposto, de reflexão sobre o futuro da ALADI, se devemos funcionar no mesmo sentido, porque os objetivos estão claramente apresentados, mas outra coisa é o alcance em nossa mente.

É necessário -e conversamos, algumas vezes com o Embaixador da Venezuela- refletir sobre a integração e há tantos critérios sobre a integração e deveríamos saber como o percebe cada uma das delegações e em que pontos coincidimos ou deveríamos coincidir como países da América Latina e do Caribe. Este tema da Integração é como o da identidade, cada país tem sua percepção da identidade. E lamentavelmente essas visões não são compartilhadas. Sugeriria no terceiro ponto, com base na preocupação do Representante de Argentina, que fosse fixada uma sessão para tratar somente esse tema.

Na minha mente surgiram alguns temas e, inclusive, há um que comuniquei ao Secretário-Geral, propus a opção que existiria para não utilizar muito tempo dos companheiros que possam estar preocupados em outras coisas e trouxe um documento sobre como, no problema do pensamento que estamos tratando, estamos obrigados a render menos porque estamos isolados, embora não estejam os exemplos, mas é um tema

que em tratá-lo com vários, somente sugeri o tema de entregar por escrito, que o trouxe, mas gostaria de que constasse nas atas desta sessão, como uma forma de ganhar tempo e convidar para a reflexão a aqueles que estivessem interessados nesse tema, que para mim é uma das facetas.

Acontece que nossa forma de pensar não nos leva a integrar-nos, senão a estar separados. A forma de pensar cartesiano-newtoniana não nos une e lamentavelmente essa é a que trabalhamos nós. E essa forma de pensar deve integrar-se a mecanismos e estratégias para não estar separados e para que possamos aproveitar as potencialidades de cada um, e nossa forma de pensar nos isola, não nos enriquece mutuamente.

Portanto, apresentei alguns pontos específicos nesta preocupação, que requer muita generosidade do nosso tempo, para que os resultados se aproximem aos sonhos de integração da América Latina e com base na proposta de reunião, muito próxima, de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Equador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Muito brevemente porque tenho a vantagem de falar depois de várias intervenções, então me limitarei a indicar que o quadro está muito claro, com pouco tempo, como manifestou o senhor Presidente, e as intervenções dos Coordenadores de Grupos de Trabalho nos deram uma indicação da quantidade de trabalho que resta por fazer, que é considerável, mas, por outro lado, mostra-nos também que temos uma agenda bastante rica neste momento e temos a possibilidade de realizar uma reunião do Conselho de Ministros, que realmente poderá trazer uma contribuição substantiva em temas importantes.

Em relação com isto desejo dizer que o Brasil compartilha dos objetivos que foram expressos pelo Embaixador da Argentina, sobre a necessidade de chegar a avanços importantes no tema de Acesso a Mercados e a resoluções, realmente, sobre os temas de Origem e Solução de Controvérsias para o Conselho de Ministros. Com estes objetivos estamos trabalhando, não são os únicos, mas são importantes.

Desejaria, igualmente, dizer que agradeço e compartilho da sugestão proposta pelo Embaixador do México e que foi apoiada por outros antes de mim, em relação ao *modus operandi* do Comitê, e desejo expressar a disposição de minha delegação de trabalhar com o ritmo e a velocidade que o senhor considere preciso, se for necessário com uma ou duas reuniões por dia, para podermos chegar a um conteúdo realmente importante para esta reunião de Ministros à que outorgamos a mais alta importância.

E, finalmente um ponto específico que ainda não foi tratado, exigir uma ação rápida e imediata é a questão destacada pelo colega do Chile, o Coordenador do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, sobre a importância de termos os recursos para pagar as viagens dos funcionários das capitais, também para a reunião do Grupo sobre o projeto de Origem.

Entendo que a Secretaria está trabalhando, neste sentido, ativamente e desejaria também salientar a importância que atribuímos à necessidade de chegar a uma solução rápida sobre este tema para permitir que as delegações possam, com a antecedência necessária, organizar as viagens de seus funcionários das capitais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação do Brasil. Tem a palavra a Delegação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Queria começar dizendo que considero louvável, muito válidas, as preocupações apresentadas, principalmente as referentes ao pouco tempo de que dispomos. De qualquer maneira deveria dizer que já em algumas oportunidades também manifestamos a preocupação sobre o tempo.

Creio que não haveria nenhum inconveniente em que os Representantes, os Embaixadores, pudéssemos dedicar um tempo para reunir-nos aqui na sede da ALADI. A grande pergunta que deveríamos fazer-nos é: para que vamos reunir-nos? ¿Quais são os insumos para isso? Onde estão os materiais?

Se o relatório de cada um dos coordenadores dos Grupos de Trabalho que estão neste momento trabalhando, existe e não há dúvida disso, creio que está sendo feito um esforço muito importante em cada um dos Grupos. Existe a intenção dos coordenadores, das delegações para avançar. Creio que ali estão os insumos necessários para que depois os Chefes e o Comitê possa reunir-se, porque sem insumos o que poderíamos fazer é uma tertúlia muito interessante, mas como avançamos?

Agora, queria deixar claramente estabelecidas algumas idéias, e mais do que idéias algumas posições de nossa delegação, de nosso país. Nós devemos avançar até onde possamos. Sim queremos utilizar o mecanismo tradicional, mas não é o único, que é o mecanismo de tratar de obter consenso.

Se nós trabalhamos sobre o princípio do consenso, devemos estar convencidos de que há ritmos que não são iguais em alguns países. Digamos, há tamanhos de países, há interesses, há prioridades, aspirações, etc., em cada um de nossos países, em cada um de nossos Governos e isso introduz elementos desiguais, que alguns talvez pensem que devemos avançar em um sentido muito além do que é possível avançar, em relação a outros países. Portanto, se entendemos que podemos avançar aos ritmos de cada um de nós, podendo chegar a um consenso nas matérias e nos temas nos quais todos estejamos de acordo, creio que é um caminho. Nós preferimos esse caminho do consenso.

De qualquer maneira, existe o outro caminho que é possível tomar, e aqueles que consideram que se pode avançar muito além do que outros consideram, existe o mecanismo das votações: acudir à maioria. Essa é uma alternativa que consta no Tratado e isso não tem inconveniente, pelo menos do ponto de vista da delegação venezuelana, não há nenhuma razão nem tampouco nenhum inconveniente para impedir que se utilize este mecanismo. Repito, preferimos o primeiro, o do consenso.

Por isso desejaríamos ser claros nisto. Nós deixamos por escrito algumas observações. Por exemplo, no tema de acesso ao mercado, não temos interesse em avançar neste momento, e o manifestamos por escrito, e desejo reiterá-lo.

Creio na intervenção da Delegação do Chile, no sentido de que, talvez disso esteja convencido, podemos avançar em acordos parciais. Se considerarmos que vamos avançar em todos os temas em um mês, porque é exatamente em 16 de novembro, ou seja, a partir da terça-feira, temos exatamente um mês. Isso talvez seja possível se utilizamos o mecanismo das votações, se utilizamos o mecanismo de consenso. Creio que poderia obter avanços parciais.

Digo o seguinte porque depende também das expectativas que surgirem, que forem criadas. Sou profundamente otimista e creio possível, fazendo os máximos esforços, que

podemos avançar o máximo e apresentar uma agenda para o Conselho de Ministros que justifique a presença dos mesmos e realmente o trabalho realizado por este Comitê de Representantes e a base fundamental dele constituída pelos Grupos de Trabalho.

Finalmente, desejo manifestar que uma das preocupações que apresentamos e que continuaremos apresentando é que o Comitê de Representantes deve ser uma instância fundamentalmente de definições políticas, que discuta sobre política. O Comitê de Representantes não pode substituir o trabalho dos Grupos de Trabalho e nem o dos Alternos, porque creio que o esforço dos Grupos de Trabalho, dos Alternos, são com base nas instruções de nossas capitais e dos Embaixadores Representantes.

Quando alguém participa, pelo menos em nome da Venezuela, e tenho absoluta certeza de que em nome de todos, de um Grupo de Trabalho, para emitir uma opinião é porque está instruído para isso. E considero que devemos validar cada vez mais esse trabalho dos Grupos e dos Alternos e nossas discussões. Gostaria de poder fazê-lo em algum momento, não estou propondo neste momento, mas em algum momento poderíamos definir que é a ALADI? Para onde vai a ALADI? Que sentido tem a ALADI? ¿Quais as expectativas que temos sobre a ALADI? Qual a visão de cada um de nossos países sobre este espaço de integração? Como fazer para que a ALADI tenha muito mais presença, muito mais importância? E que, em definitivo, em cada um de nossos países se possa entender a importância deste espaço de integração.

Portanto, queria um pouco deixar estas idéias como reflexão e desejo, finalmente, dizer o seguinte: nós seremos respeitosos de qualquer uma das ações, da opção do consenso ou da maioria. Respeitamos a opinião, a posição de cada um dos países, de cada uma das delegações, bem como esperamos que respeitem a nossa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador da Venezuela. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Peço desculpas por intervir novamente, mas creio que seria importante ressaltar alguns pontos.

Em primeiro lugar, desejo recolher o manifestado pela Delegação da Venezuela e dizer que compartilhamos totalmente de sua proposta, mas com uma simples reflexão: consenso não implica unanimidade. Quando falo de recorrer ao sistema de votações é para que se 9 países votam de uma forma e 3 tem dificuldades, não podemos avançar tão rapidamente porque podemos impedir que todos avancemos, nem lentamente que porque ficaríamos estagnados.

Devemos buscar o ponto de equilíbrio nisso e creio que, às vezes, se obtém por meio de votações, ficando evidenciado que existe uma maioria em um sentido ou em outro. Isto não implica que não trabalhemos diariamente, minuto a minuto pela busca de consenso, mas entendemos as realidades descritas, nos países existem tempos diferentes de amadurecimento dos temas e devem ser respeitados, mas isso não significa que não sejamos capazes de encontrar fórmulas de avanço e deixar que outros trabalhem mais lentamente.

O segundo que queria comentar é que o Embaixador do Equador manifestava a conveniência de que talvez possamos reunir-nos uma hora e o Embaixador da Venezuela perguntava onde está o insumo? E digo: o insumo está na Resolução 60 (XIII), em temas

que não trabalhamos porque, na verdade, leio um considerando da Resolução 60, que diz que: “as transcendentais mudanças políticas, econômicas, comerciais e sociais, ocorridas no cenário internacional, a partir da assinatura do Tratado de Montevideu 1980, apresentam desafios que exigem aos países latino-americanos, um decisivo compromisso político, para obter maior aprofundamento” e está apresentado aqui o que muitos estamos reclamando do debate, qual é o papel da ALADI, para onde devemos encaminharmos. Está proposto na Resolução 60 (XIII) e tratamos este ponto como se fosse simplesmente o Espaço de Livre Comércio e não é somente isso que está especificamente dito na Resolução 59 (XIII).

Portanto, quando introduzo este tema, quando falo dos critérios para a definição de um nível determinado, etc., não pretendo começar agora a trabalhar para resolver esse tema, o que pretendo é apresentar o tema e, talvez, dessa maneira poderíamos ser capazes de elaborar um mandado do Conselho de Ministros sobre este tema, reiterando, inclusive, o que diz a Resolução 60. Não estou dizendo que não resolveremos este tema até o Conselho de Ministros, mas seria muito útil que o Conselho de Ministros dissesse: senhores “É hora de refletirmos a fundo sobre toda esta problemática, é hora de reflexionarmos profundamente sobre o que é um país de menor desenvolvimento relativo ou um país intermédio ou um país maior”. É hora de dizer “Bom, quando se supera este nível? É hora de dizer que devemos fazer de forma séria para ajudar os países de menor desenvolvimento relativo a superar essa instância.

Não digo que devamos resolver este tema antes de 16 de novembro, mas considero que não seria nada difícil chegar a um acordo em uma Resolução de um quarto de página, onde fique estabelecido o mandado para que a ALADI não adie novamente a reunião, porque, realmente, este tema não é a primeira vez que se conversa neste organismo.

Então, até quando vamos continuar adiando a discussão destes temas? Portanto, considero que a melhor forma de evitar o adiamento é que exista um mandado nítido, claro: senhores discutam este tema e procurem e proponham fórmulas para o próximo Conselho de Ministros, que no próximo Conselho de Ministros, em que a maioria de nós já não estará aqui, não aconteça o mesmo que está acontecendo hoje, que há 3 anos estamos trabalhando, falávamos ontem com a Embaixadora da Colômbia, o que será tratado no Conselho de Ministros, não é o esforço deste último mês, é o esforço de um trabalho acumulado durante 3 anos, ao qual nos últimos 2 ou 3 meses demos a maior importância, mas isto não implica que sejam fáceis as dificuldades, porque se assim fosse teríamos feito esse trabalho dois anos atrás.

Mas, se manifestamos novamente, de alguma maneira, que estes temas devem ser discutidos, se não podemos reunir o Conselho de Ministros, porque se lemos a Resolução 60 (III), ali cometemos, em minha opinião, participei de tudo isto, um erro, porque nós desde a ALADI impulsionamos o que considerávamos que devia ser o papel da ALADI e foi apresentado por nós aos Ministros e eles disseram “Sim, sim, de acordo, perfeito. Mas, qual é a realidade? Tivemos alguma participação no IIRSA? Nenhuma. ¿Sabem por quê? Porque as capitais decidiram que não participássemos, além do que diz a Resolução.

Portanto, digo que chegou o momento de elaborar um mandado mais nítido, muito mais claro, de reflexão e proposta, sobre qual é o papel da ALADI para o futuro incluindo também tudo o que acabamos de dizer. E tudo isto se resolve com uma resolução de meia página, que podemos negociar no momento que estejamos aqui os Chefes de Missão, para chegar ao Conselho de Ministros, além de com todas as Resoluções, com todas as propostas, com uma proposta de futuro que nos obrigue a olhar para adiante. Obrigado, Presidente, peço desculpas por ter-me estendido tanto na minha intervenção.

PRESIDENTE. Está desculpado, senhor Embaixador. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, senhor Embaixador.

Em primeiro lugar, desejaria manifestar que coincidimos com o otimismo de que creio que existe um consenso nesse sentido, utilizando as palavras do Embaixador da Venezuela nesta Sala, de chegar com resultados concretos para o próximo Conselho de Ministros. Coincido plenamente com o manifestado recentemente pelo Embaixador da Argentina e é nesse sentido que tinha preparado minha intervenção. Há temas técnicos que estão sendo discutidos nos diferentes Grupos de Trabalho, providos de Resoluções, mas há um tema que podemos perceber, talvez, como um dos principais obstáculos para chegar a esse consenso nos diferentes temas, obviamente, devido à complexidade que significa em cada um deles o tema de Salvaguardas, o tema de Controvérsias, o tema de Origem. Na maioria deles podemos observar que existem diferentes posições no tema de Acesso, que também foi tratado na última reunião de trabalho.

Considerávamos difícil avançar decididamente na elaboração de projetos de resolução, individualmente para cada um destes temas. E, justamente resgatando a proposta feita por esta Representação no Grupo de Trabalho de Acesso, desejaria retomar essa mesma proposta unida com o que acaba de manifestar o Embaixador da Argentina, considerando que, no último Conselho de Ministros, não devemos esquecer que é nosso órgão máximo político que se reúne aqui, foram dados três mandados concretos. Nós devíamos justamente informar sobre o estado desses três mandados concretos.

Nesse sentido, propusemos para o tema de Acesso, uma espécie de Resolução 59 Plus. Também proporíamos uma Resolução 60 Plus e uma 61 Plus. Isto é, o que buscamos do próximo Conselho de Ministros são novos mandados políticos. Não devemos esquecer que, em alguns temas, os projetos de Resolução perfeitamente poderiam surgir do Comitê de Representantes sobre temas concretos como Salvaguarda, o inclusive, Origem. Foram temas aprovados a esse nível, mas considero que, no próximo Conselho de Ministros das Relações Exteriores devemos buscar novos mandados políticos que nos permitam avançar nestes temas.

Quando menciono a Resolução 59 Plus, como a imagino? A imagino como uma espécie de atualização de todos os temas que trabalhamos nos diferentes Grupos de Trabalho e, se possível, incluir nessa Resolução o que poderia ser o ponto II, em nossa folha de roteiro aprovada aqui, no Comitê de Representantes, mediante documentos técnicos 199/Rev. 1. Esse segundo ponto que ficou pendente e que é a "Elaboração de um programa de trabalho para o desenvolvimento do ELC, no curto, médio e longo prazos", poderia, perfeitamente, estar incluído nessa nova Resolução, que nos ajude a continuar trabalhando, para que nos dê esse mandato de negociação, naqueles pontos sensíveis e, obviamente, necessitamos dessa decisão política de nossos países.

Da mesma maneira, na Resolução 60 (XIII), a qual, como bem assinalou o Embaixador da Argentina, quase não foi tratada, mas foi muito clara, na qual nossos Chanceleres decidiam que a ALADI deveria constituir-se em um foro de reflexão e consulta. Talvez, passou o tempo e não avançamos nesse sentido, mas creio que estamos no momento de avaliar e propor um *aggiornamento* do que deveria ser a ALADI também no curto, médio e longo prazos. E, obviamente também resgatar a Resolução 61 (XIII) que está dirigida ao que é o tratamento dos PMDEs.



Em resumo, senhor Presidente, a proposta de minha Representação é somente apoiar as reuniões, esta sessão permanente aberta, proposta pelo Embaixador do México, mas creio que deveríamos focalizar, exatamente, que objetivo perseguimos para o seguinte Conselho de Ministros.

Do meu ponto de vista deveria estar dirigida para a atualização dessas três Resoluções e chegar a mandados políticos concretos dessas Resoluções, nas quais podem estar incluídos todos os avanços dos Grupos de Trabalho que neste momento se estão reunindo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do Peru. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Naturalmente, a Secretaria-Geral não pode permanecer silenciosa neste intercâmbio, no qual o próprio Tratado de Montevideu lhe outorga competências quanto à expressão de seus próprios critérios, de seus próprios pareceres quanto aos temas que estão sendo tratados nesta muito fértil rodada de intercâmbios, que está efetuando o Comitê.

Desejo fazer dois tipos de pontualizações ou de reflexões. Algumas de caráter puramente concreto e específico sobre alguns temas aqui propostos por suas delegações e outras que tem a ver com uma visão um pouco mais ampla, ou mais abrangente, de quais são os mandados derivados da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros e em que medida foram cumpridos por alguns ou por outros, porquanto a Secretaria é um órgão que participa do Comitê, dos Grupos de Trabalho e trata também, na medida de suas possibilidades, de assistir os países-membros.

Começo pelo mais importante e talvez nisto não deseje introduzir uma revisão do sistema cartesiano porquanto isso nos levaria muito longe do debate e não pretendo elucidar aqui uma questão filosófico-institucional, mas apenas algumas precisões.

Em primeiro lugar, o tema da ampliação da membresia. Neste tema, não ficou pendente nenhum pedido concreto de países. Houve expressões de interesses reiterados, em alguns casos e houve, também, vale a pena manifestá-lo, expressões tão concretas como para solicitar, em sua oportunidade, informações de requisitos básicos a serem acreditados para ser membro associado.

No período a meu cargo, de 18 de março de 2005, recebemos, nesse sentido, uma proposta concreta do Panamá e da República Dominicana, aos quais nesse momento, nessa oportunidade, fornecemos informações pragmáticas e sobre as normas, sobre os critérios que a ALADI utiliza para auspiciar ou aceitar a membresia. Desejo manifestar isto com todo rigor, para que não fique, de alguma maneira, dúvida alguma sobre esta legítima preocupação, apresentada pela Delegação da Argentina.

Em segundo lugar, também desejo manifestar que a Associação está disposta, bem como a Secretaria, neste caso particular, a oferecer àqueles países ou Governos que tenham interesse sobre o tema, todas as informações básicas suficientes para possibilitar uma aprovação de decisão.

Em relação aos temas de classificação ou ordenamento dos países no Tratado de Montevideu 1980, é um tema histórico, creio que aqui, evidentemente, há alguns parâmetros que, quase 30 anos depois, poderiam ser reexaminados e creio que isto está relacionado não apenas com o fato de ser membro ou com a qualidade dos membros, mas

com a região em seu conjunto e com a evolução que muito oportunamente indicava o Embaixador Olima quando leu o exórdio da Resolução 60 (XIII). Mas, não fico na leitura do exórdio da Resolução 60, vou à parte das disposições e ali se reconhecem uma série de atribuições do Comitê, reconhece-se alguma atribuição específica da Secretaria quanto a concentrar suas atividades em determinadas áreas, sem prejuízo da prioridade dada aos temas relacionados com o ELC. Significa que a própria Resolução 60 reafirmou a 59, detalhe este não menor no momento de tratar o conjunto de normas que oferece o âmbito de trabalho para a Secretaria. Portanto, sobre este ponto desejo manifestar que, efetivamente, a Secretaria está disposta a continuar adiante no que a Delegação do Peru denomina a 59 Plus, 60 Plus e 61 Plus.

Esta Secretaria, naturalmente, teve de adequar sua estrutura organizacional depois de 6 meses debates às observações ou propostas dos países e isso levou um tempo importante no primeiro ano de gestão.

A terceira precisão que desejo formular tem a ver, especificamente, com os recursos para habilitar reuniões de peritos de capitais. Para organizar e financiar as reuniões pendentes nas que seja necessária a participação de peritos das capitais, e manifesto que enfatizou-se no tema Origem, no referente a estes pontos, mesmo quando também no outro dia, em uma sessão relativa a Solução de Controvérsias sugeriu-se também essa possibilidade, precisaríamos ter, o mais tardar amanhã, os nomes, a confirmação dos países que estariam presentes ou dos países que desejam que participem seus respectivos funcionários de capitais, os nomes dos técnicos que participarão, para poder emitir os tíquetes eletrônicos, que atualmente devem ser emitidos para fazer a reservação de hotel necessária e indispensável para esses efeitos, a fim de facilitar a organização e em um dos temas que é Origem a Secretaria está em condições de informar ao Comitê, que hoje estarão saindo as notas da Secretaria, solicitando a identificação dos peritos que participarão da reunião.

Quanto ao financiamento definitivo, fizemos contatos com o BID para utilizar os remanescentes da assistência oportunamente resolvida. Caso isto não seja possível a Secretaria buscará a forma de financiar esta prioridade, com base naqueles programas não executados ou não suscetíveis de execução no que resta do exercício. Portanto, estamos em condições, pelas informações recebidas nesta sessão que estamos dando neste momento, de comunicar às delegações esta realocação de recursos.

E por último, uma formulação de caráter mais geral. A ALADI é uma instituição rica em objetivos, ambiciosa em finalidades, com uma estrutura institucional, um pouco complexa, onde a dialética político-administrativa não passa por um relacionamento de poderes do tipo do que nossas constituições tradicionais ou liberais têm em matéria de relações do Congresso com o Poder Executivo. Aqui há um pragmatismo, diria muito marcado, que a tomada de consciência dos limites de cada um seja menor ao resultado da leitura atenta dos textos e mais a interpretação subjetiva de cada caso. Isto implica limitações às que me referirei *in extenso* em meu relatório ao próximo Conselho de Ministros.

Sinto, neste momento, a necessidade de dizer, já que algumas delegações não mencionaram, que a Secretaria trabalhou denodadamente e preparou documentos, na medida de suas possibilidades, sempre que lhe foi requerido. Se algum documento não colmou as expectativas razoáveis das delegações, isso faz parte do fenômeno da avaliação, que existe nesse nível e em qualquer outro, mas de qualquer maneira desejo manifestar que a Secretaria não adotou nenhuma posição frívola, nem prescindível, nem longe dos estados associados.

Por último, tenho uma grande preocupação, porque como foi lembrado esta é uma reunião depois de 3 anos, e se em 3 anos este Comitê e esta Secretaria não fomos capazes, ambos, de oferecer ao Conselho de Ministro diversas opções de resoluções ou de declarações ou de recomendações ou de encargo, é porque fracassamos em nosso trabalho. Nego-me a aceitar o fracasso com conhecimento da causa, porque o fracasso é, às vezes, a consequência inexorável de não ter advertido as causas que o produzem, mas quando as causas podem ser detectadas já o fracasso é contumácia.

Portanto, estou de acordo, como alguns Representantes que falaram, com a idéia de que temos condições para aprovar algumas coisas, e naquelas em que não estejamos em condições, não sepultemos esses temas, não cancelemos o interesse da Associação neles, mas que abramos o espaço institucional para futuro, suficientemente orgânico, como para marcar uma agenda de trabalho que nos permita continuar.

Muitas vezes manifestei que há maturidade técnica-política, e há temas que ainda, talvez os de junho-novembro são os temas de maturidade técnica-política e os de novembro em diante são temas que podem requerer mais trabalho político, mais trabalho de aproximação de vontades e, certamente, isso está no programa aprovado pelo Comitê, em seu momento, razão pela qual considera que esta remissão ao mesmo neste momento também é necessária.

Finalizo, senhor Presidente, abusando da gentileza de ter-me permitido fazer uso da palavra, para manifestar que a Secretaria está disposto a funcionar no formato proposto pelo Representante do Equador, ou em qualquer outro que este Corpo decida, com o objetivo comum de avançar *full time*, em dedicação exclusiva em todos os temas. A matéria-prima que mencionava um Representante, que não está em sala neste momento, essa matéria-prima existe, está, o tema é começar a tratá-la, passa-la pela processadora do estudo, da leitura, da análise e da busca das interpretações mais aproximadas possíveis de uns com os outros para traduzi-lo em decisões e em recomendações. Era tudo o que queria dizer, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Creio que todos temos claro que, como não podia ser de outra maneira, a Secretaria estará disposta a apoiar-nos no que for necessário.

Tem a palavra a Delegação de México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu também tratarei de ser breve, mas creio que foi um debate muito rico, houve intervenções realmente muito interessantes e desejaria fazer algumas reflexões sobre as mesmas.

Compartilho plenamente a franqueza e o espírito generoso do Representante da Venezuela, não estamos de acordo em todo, mas isso não significa que avancemos todos em um processo de integração. Não é necessário o consenso em todo pra podermos, em conjunto, avançar e por isso celebro sua clareza e sua franqueza.

Também recolho sua observação sobre nosso papel que não somos um Grupo de Trabalho, que somos um grupo de técnicos, somos Representantes dos países e temos um papel muito específico para avançar justamente nesse sentido, com o propósito de para onde levar, para onde conduzir o navio da ALADI.

Além disso, desejo manifestar que compartilho o sentido de urgência de meu colega argentino, e se observamos estes 27 anos, que aconteceu? Passou a ironia que a região do mundo mais homogênea, que é América Latina, perdeu peso relativo praticamente em todas as medidas relevantes da economia internacional. Isso é o que aconteceu. Ásia do Leste, nesses anos, sacou a mais pessoas da pobreza que toda a população da América Latina somada. Isso já aconteceu. A União Européia que é uma aliança de 25 nações muito mais heterogênea que a nossa e muitos compartilham, inclusive, uma moeda comum, e digo isto, com muito carinho pela África. África avançou também e avançou mais do que nós. A Organização da Unidade Africana se transformou na Unidade Africana e a política NEPAD é muito mais avançada, muito mais integracionista que os esforços nossos em toda a região.

Sim fica algum vestígio relativo e é a enorme ironia e esse será o juízo da história sobre nossas gerações de que a região mais homogênea do planeta perdeu o momento e perdeu o peso relativo no concerto internacional.

A acumulação de poder que vem da Ásia, principalmente da Ásia do Leste mais a Índia, definirão o Século XXI. Devemos avançar e novamente estou de acordo com a Venezuela. Há muitos foros e mecanismos, este tem um sabor de história, este é um foro privilegiado, importantíssimo e devemos tomar exemplo, e creio que um Comitê como o nosso não deve perder de vista essa visão. Se vamos deixar de lado os objetivos e começar a discutir temas que são importantes, mas que não tem a ver com Representantes dos países, eu também, como disse meu colega e amigo, o Secretário-Geral Operti, creio que há muito trabalho e muitos esforços constantes e muito importantes, devemos dar a esse trabalho uma direção e sentido de rumo, para isso estamos.

Por isso proponho esta idéia de uma sessão permanente para tratar o todo e as partes, para que em 16 de novembro possamos ter uma visão muito mais completa. Nossa delegação, faz muito eco do que diziam os colegas do Peru, de apresentar um projeto de resolução com base no espírito da Resolução 59 (XIII), procurando obter um foro comum, o espaço onde sim vamos chegar a acordos e onde podemos caminhar todos para o propósito que queremos. Sem que pareça discurso, desejo manifestar que deveríamos ler, antes de 16 de novembro, a Carta de Jamaica, de Simón Bolívar. Seria bom para todos nós ler o que dizia Simón Bolívar em 1810. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador do México. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Coincidimos, em termos gerais com todas as últimas intervenções, a da Venezuela, a do México, mas desejo dedicar somente alguns minutos, muito poucos, para que a proposta do Embaixador Olima fique de lado. Adiro a essa reflexão não retomada, de que deveria haver um mandado do Conselho de Ministros para os Representantes da ALADI, para refletir, para repensar os temas políticos, filosóficos, que dêem um rumo diferente à ALADI.

A ALADI para mim esteve travancada no aspecto econômico, enquanto escutava o Representante do México, pensava que uma desgraça foi nossa homogeneidade, porque em nossa cultura temos medo de afastar-nos do grupo, então, vamos do presente para o passado e do passado para o presente, mas no presente ninguém deseja atirar a primeira pedra, ninguém deseja ser diferente, não deseja propor novos caminhos, e aí nossa cultura pesou, aplastou-nos durante séculos neste medo a pensar e a buscar novos caminhos. Creio que é uma oportunidade.

Como propõe o Embaixador Olima, sugeriria que ele elaborasse essa proposta de três quartos ou de média página do mandado para que se possa ir além do econômico, das trincheiras de interesses mesquinhos que parecem primaram em nossos países -não na ALADI- e que nos transformemos em sujeitos protagonistas e é indispensável, independentemente do que pensem os governos, do que pensem os Ministérios das Relações Exteriores, também temos direito a pensar e enriquecer-nos mutuamente e que existe esse espaço, que exista esse mandado, que não seja somente uma sessão, como eu manifestava, mas deve haver um mandado expresso para que, assim como dedicamos tempo a temas técnicos dos Grupos e Trabalho, há algum mandado especial para medir nossos destinos agora que existem diferentes propostas de integração, então qual é o papel da ALADI nesse novo caminho da humanidade? Em que medida são dados os passos para não ficarmos mais estagnados no conjunto das nações do mundo?

Solicitaria ao Embaixador Olima que concretize sua proposta com base no manifestado, que não é a primeira vez que faz isso, e poderíamos algum dia, em um prazo antes do Conselho de Ministros, aprovar esse mandado, essa sugestão, para ver se o Conselho de Ministros o considera conveniente. Creio que devemos repensar alguns aspectos que são observados como verdades eternas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador do Equador.

Creio que é verdade. Por um lado temos medo de sair do grupo, mas por outro, parece que temos bastante medo de juntar-nos demasiado. Tem a palavra a Delegação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente.

Desejaria manifestar, em nome da Delegação da Bolívia, que somos cientes dos mandados da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros e estivemos trabalhando em sua implementação. Mas, devido às circunstâncias, estou vendo que os tempos até a Décima Quarta Reunião do Conselho, realmente se reduziram demasiado. Portanto, embora existam critérios no sentido de que seria desejável que a maioria das propostas pudessem ser concluídas até essa data, prefiro, pelo menos, como Delegação da Bolívia, ser mais realista neste sentido, ou seja, seria do critério de avançar todo o possível nos temas com maior dificuldades, como bem o senhor assinalou que existem temas, alguns verdes, alguns que já foram tratados em profundidade.

Portanto, talvez deveríamos avançar nesse sentido. E, além disso, qualquer mecanismo que nos permita fazê-lo é viável, inclusive talvez seria factível a proposta de convocar uma reunião de Chefes de Representação. Não nos opomos a isso, mas também desejaríamos chamar a atenção sobre outro tema que os Chefes poderiam tratar, e é que no Programa de Atividades, elaborado e aprovado neste Comitê para a preparação da Décima Quarta Reunião, existe um item que diz; "Consideração pelo Comitê de Representantes dos Projetos de Relatórios a serem submetidos ao Conselho de Ministros". Não sei quando deveriam ser tratados, mas creio que devido ao tempo de que dispomos, que é escasso, deveríamos tratar este tema em Chefes de Representação para determinar o formato e conteúdo a ser adotado para apresentar um Conselho de Ministros, como pode ser uma Declaração ou um Projeto de Ata. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Muito obrigado, senhor Presidente.

Somente desejo que conste nossa disposição e vontade de participar, da forma proposta, ou seja, a ritmo permanente nos trabalhos que devemos apresentar no Conselho de Ministros. De fato, os ritmos e os temas que já foram tratados em profundidade marcarão as pautas do que poderemos apresentar ao Conselho de Ministros e somos cientes de que o tema que resta, as reuniões que restam, serão também decisivas para chegar a resultados concretos e, de fato, estaremos, logicamente, em nossa Representação e estimularemos também nossos Ministérios envolvidos nas diferentes reuniões que restam, para participarem mediante funcionários que apóiem, para dessa maneira, poder participar ativamente da tomada de decisões na exposição de nossas posições como país, para poder chegar a resultados concretos.

Creio que é nosso objetivo e nossa preocupação também delinear esses resultados, se seria um conjunto de resoluções, se seria um documento geral, etc. Esses são elementos que devemos levar em consideração para saber qual seria o mandato que levaríamos ao Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Delegação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigado, Presidente.

Não posso guardar silêncio frente a um tema expressado hoje e desejo somente fazer constar que a Colômbia em diferentes oportunidades apresentou esta proposta e, felizmente, como foi dito, somente quando as idéias amadurecem, vão sendo tomadas coletivamente e refiro-me muito concretamente à expressão e manifestação de várias delegações, de serem capazes de sentarmos a pensar sobre a ALADI, a refletir sobre nosso futuro.

Considero que o que não está resolvido se repete e reitera. Isto é, que hoje as diferentes delegações expressem esta proposta, significa que, na verdade, devemos sentar-nos a pensar, não porque não tenha validade o trabalho que estamos fazendo, mas porque temos a certeza de que podemos enriquecê-lo, e este processo deveria, não somente propor-se, mas nós em nossa própria projeção manifestemos que quando façamos este exercício de reflexão não o façamos somente os Representantes Permanentes do Comitê, mas que estejamos neles incluindo nossos funcionários da Chancelaria, a Secretaria técnica, os possíveis clientes e usuários da ALADI, para que a visão seja uma visão de conjunto para que os objetivos e o processo realmente cumpram seu propósito.

Somente desejo manifestar que para a Colômbia é muito gratificante observar que hoje estamos apresentando este fato particular sem que isso invalide, o que estivemos fazendo e construindo em conjunto. Simplesmente se trata de dar maior impulso, contando com a visão coletiva de nossos países. Por isso disse que não posso ficar calado, porque estou realmente contente que depois de dois ou três anos, que fui derrotada massivamente aqui e considerou-se minha proposta fora de lugar, hoje estou vendo que não estava tão fora de lugar. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação da Colômbia.

Não há ninguém que deseje fazer uso da palavra. Diria que seria o momento de encerrar esta reunião, mas antes desejaria fazer algumas muito breves reflexões.

Em primeiro lugar, parece muito clara a preocupação absolutamente generalizada do pouco tempo que temos.

Em segundo lugar, isso implicou diversas posições no sentido de realizar sessões de trabalho, da forma mais freqüente possível para avançar em nossos objetivos para a Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Em terceiro lugar, considero que surgiu como importante, a possibilidade de apresentar um mandado a ser tomado pelo Conselho de Ministros, para uma reformulação generalizada de alguns dos aspectos das metas e da estrutura da ALADI. A proposta originária do Embaixador Olima não foi enriquecida com intervenções posteriores e com uma mesma dele, no sentido de ir além do primeiro ponto proposto, que foi a reconsideração da classificação dos países na ALADI.

Em quarto lugar, considera que o tema que devemos enfrentar em algum momento é a apresentação de uma resolução que abranja tudo o que estivermos discutindo ou se serão elaborados diversos projetos de resolução. Falou hoje a Delegação de Cuba, mas foi uma coisa que, em várias oportunidades, esteve nas conversações com vários dos delegados.

Creio que a proposta do Peru, seja resolvida como for, o tipo de produto final que deveremos apresentar ao Conselho de Ministros, é imprescindível continuar aprofundando o trabalho daqueles grupos que estão já muito próximos à elaboração de um projeto de resolução ou que estão em caminho de poder fazê-lo nos próximos 15 ou 18 dias. E isso seria a matéria-prima que estaríamos trabalhando nas reuniões de Chefes de Representação.

Considero que isso, de alguma maneira, deixa no tapete a possibilidade de transformar-se em algo muito complementar ao que está propondo o Peru das Resoluções 59, 50 e 61 Plus, já que os projetos, os acordos que tiverem os Grupos de Trabalho, serão incluídos em uma Resolução que expresse os compromissos alcançados e os avanços obtidos.

Restaria regulamentar o regime de trabalho que determinaremos agora. Considero válida a preocupação do Embaixador da Venezuela, de quais seriam os insumos concretos a serem considerados em cada uma das reuniões de Chefes de Representação.

Creio que essa é uma pergunta que deveremos responder no caminho. Pensaria em fixar um regime de sessões diárias para a próxima semana. Em caso de que não se possa, de não ter avançado em nenhum dos Grupos de Trabalho ou na reunião de Chefes anterior suficientemente como para que se efetue uma reunião no segundo dia, encarregar-me-ia de chamar a reunião no segundo dia. Mas, em princípio, a convocação seria para a próxima semana, todas as tardes, a partir das 15h 30m, em regime de Chefes de Representação. Digo isto porque teremos reuniões de Acesso a Mercados, sobre as quais discutiremos amanhã, com base nas condições enviadas das capitais que, certamente implicarão novidades e que seriam de interessante discuti-las em uma reunião de Chefes.

Portanto, em princípio, ficaríamos convocados, como Chefes de Representação, para o a terça-feira, às 15h 30m, pensando em que os demais dias da semana também vamos a reunir-nos pela tarde. Tinha solicitado a palavra a Representação do Paraguai, depois a da Argentina e depois a da Venezuela.

Representação do PARAGUAI (Víctor Verdún Bitar). Sim, obrigado Presidente. É simplesmente um esclarecimento. Considero que estamos no ponto 8, ainda não chegamos

a Assuntos diversos, como tinha mencionado encerrar a sessão, porque no último ponto desejaríamos fazer dois anúncios.

PRESIDENTE. Sim, estamos no ponto 8. Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Muito brevemente para recordar que como conversamos com quase todas as delegações informalmente, a Argentina aspira a que seja renovada a declaração sobre o tema das Malvinas, que houve no Conselho de Ministros de 2004. Já de algumas Representações, e destaco especialmente o generoso e rápido apoio do Peru, tivemos respostas.

Isto pareceria desnecessário, porque já foi manifestado, mas como estamos vivendo um processo especial, onde a Grã Bretanha pretende estender a jurisdição marítima, deu concessões para explorações petrolíferas, etc., consideramos que é necessário que este conceito de apoio, expressado em 2004 se repita novamente. E, Presidente, permita-me anunciar que lembro que depois de finalizar a reunião do Comitê, na Sala B há uma reunião do Grupo de Forças Produtivas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Olima. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Sim, Presidente, obrigado.

Simplemente, tenho entendido que será organizado um calendário de trabalho dos Chefes de Representação. Desejaríamos ter esse calendário com as horas de antecedência suficiente, com os temas de cada reunião para que os Chefes venham com a preparação mínima suficiente, documentos, antecedentes, porque de ontem para hoje dizemos. "Bom, hoje é tal coisa", então os chefes precisam saber, ou a Representação com uma antecedência prévia, se se reunirão todos os dias, saber previamente se na terça-feira o primeiro tema a tratar será Acesso a Mercados, se na quarta-feira será tratado outro tema, etc., mas com alguma antecedência para organizar o trabalho.

PRESIDENTE. Muito bem, muito obrigado, Venezuela.

Se consideramos finalizado este ponto, passaríamos a Assuntos diversos.

## 5. Assuntos diversos

...Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Victor Verdún Bitar). Obrigado, Presidente. Nossa Delegação teria para informar ao Comitê sobre dois anúncios.

O primeiro está relacionado com a dívida do Paraguai à ALADI. A esse respeito desejamos informar que o montante total dessa dívida já foi incluído no Orçamento Geral de Despesas da Nação para o ano 2008, o qual significa que para o próximo ano estaríamos cancelando a totalidade da dívida.

Já de fevereiro deste ano esta Representação esteve conversando com a Secretaria-Geral para buscar a modalidade e a forma em que se tornaria efetivo esse pagamento e em poucos dias estaríamos comunicando-o e propondo à Secretaria-Geral uma carta convênio para cancelar a dívida do Paraguai com a ALADI.



O segundo anúncio tem a ver com a próxima designação do Representante do Paraguai junto a este Organismo, o Senado da Nação deu seu acordo, dias atrás, para a designação do Embaixador Emilio Giménez Franco, atual Vice-Ministro das Relações Econômicas e Integração que em breve estaria assumindo o cargo.

O Vice-Ministro Jiménez foi anteriormente Vice-Ministro das Relações Exteriores, também Embaixador na República da Bolívia, na Bélgica e também desempenhou durante vários anos o cargo de Conselheiro junto a este Organismo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Delegação do Paraguai por ambas as notícias. Emilio Giménez é conhecido por vários de nós e certamente desempenhará o cargo de Representante com toda sua capacidade e com seu maior calor e energia e, muitas vezes, também pela notícia de rápida solução do pagamento da dívida que o Paraguai tinha com a ALADI.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Tenho uma proposta, caso a aceitarem e é que não desejaria roubar o tempo dos senhores neste momento, mas tenho uma reflexão que pensei bastante. Trata-se dos obstáculos de nosso pensamento e o que nos beneficiaríamos se pensássemos de outra forma e desejaria que esta reflexão, não desejo que a escutem, gostaria mas não proponho isso, senão que pudesse se introduzida, se for aceita, como anexo na sessão de hoje e tenho as cópias aqui da reflexão que poderia entregar aos senhores e poderíamos ganhar tempo e refletir a esse respeito. Esse é meu pedido, se possível.

PRESIDENTE. É possível, pode repeti-la imediatamente e podemos incluí-la na ata desta sessão. Tem a palavra Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, simplesmente para tratar de orientar o que solicitava a Delegação da Venezuela. Como manifestei agora teremos a última reunião do Grupo de Trabalho de Forças Produtivas e talvez seria bom que quando fosse incorporada, já soubéssemos que para a próxima reunião da terça-feira do Comitê ou de Chefes de Representação, poder-se-ia tratar o projeto de resolução ligado às Forças Produtivas. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação da Argentina.

Creio que agora, sim, podemos encerrar a sessão, que foi das mais frutíferas que teve de presidir no Organismo. Muito obrigado.

# DEL PENSAMIENTO UNILATERAL O ÚNICO AL PENSAMIENTO MÚLTIPLE E INTEGRATIVO

DR. EDMUNDO VERA MANZO

Tels: 707 64 63/65 - E-mail: [edmundoveramanzo@hotmail.com](mailto:edmundoveramanzo@hotmail.com)

## EL PENSAMIENTO Y LA CIENCIA EN EL MUNDO ACTUAL

Albert Einstein expresó "en el siglo XX todo ha cambiado, menos nuestra forma de pensar". Muchas personas sólo han cambiado en apariencia, en su ropa, modas, artefactos y conocimientos, sin embargo, utilizan formas de pensar que resultan anacrónicas en la Era de la Información.

Cada día se amplía el abismo que separan a nuestra forma de pensar, con relación a la actualización científica y los avances vertiginosos de la tecnología.

La fórmula para que un país en su conjunto pueda ingresar al primer mundo y a la Era de la Información se requiere para actualizar los conocimientos, invertir la mitad del presupuesto en ciencia, tecnología, educación y capacitación, aproximadamente, durante 15 años, como lo han demostrado los dragones del Asia y otros países.

Para adquirir o incorporar el pensamiento de la Era de la Información: sistémico, múltiple, de integración, complejo y holístico, donde existe el mayor atraso, incluso de cientos de años, se lo puede comprender increíblemente en un solo día. Paradójicamente, donde nos encontramos más atrasados nos podemos recuperar en el menor tiempo, casi sin invertir recursos económicos.

Mientras las organizaciones sociales, las instituciones, los sistemas educativos y las personas en general, no utilicen el pensar derivado a partir de la física cuántica, la teoría de la relatividad, la incertidumbre y la complementariedad, que conducen a un pensar sistémico, multidisciplinario, múltiple y abierto, se continuarán desaprovechando los conocimientos y experiencias que actualmente tienen las personas, grupos y países, que actúan aisladamente, sin enriquecerse mutuamente. Y cuando las personas están juntas, la mayoría de las veces, con la forma de pensar pre-einsteiniana, están de espaldas, o como en la Torre de Babel, sin ponerse de acuerdo. Tenemos que derrumbar las barreras que nos mantienen aislados, fragmentados y divididos. Hay que reconocer "que nadie es dueño absoluto de la verdad". Se debe trabajar en equipos multidisciplinarios para examinar los temas y los problemas existentes, integrando conocimientos provenientes de diferentes fuentes.

## FORMAS DE PENSAR DE LA HUMANIDAD

Al comienzo del siglo XXI, en muchos países todavía sobreviven todas las formas de pensar de la historia de la humanidad.

En muchas sociedades hasta los analfabetos utilizan la tecnología más avanzada como los celulares, los hornos microondas, los televisores y simultáneamente las más antiguas formas de pensar, y otros también tecnologías muy atrasadas.

Existen pueblos más aislados que emplean el pensamiento mágico y mítico equivalente a antes de Tales de Mileto, es decir, con 2700 años de atraso. Otros pueblos que en algunas sociedades son mayoría, emplean el pensamiento empírico-práctico propio de la Edad Media, con más de 350 años de atraso. Los profesionales de nivel medio y superior comprenden la ciencia con diez, veinte, treinta y cuarenta años de atraso y además, utilizan el pensar de Descartes y Newton que corresponden a la **ciencia moderna clásica** y que tienen un atraso de 107 años. Todas las formas de pensar anteriores a 1900 son unilaterales. Prácticamente nos incapacitan para resolver los problemas complejos del presente y el futuro.

Una mínima parte de la humanidad, lamentablemente, todavía no incorpora lo que Gastón Bachelard llamó el **nuevo espíritu científico**, que nace en 1900, la física cuántica con M. Planck, la teoría de la relatividad de Albert Einstein en 1905 y de grandes físicos como W. Heisenberg, P. Dirac, De Broglie, De Schrödinger, Bohr Born y, otros que cambiaron la comprensión de la realidad y de uno mismo.

### EL PENSAMIENTO UNILATERAL O TUERTO

La mayoría de los países utilizamos una forma de pensar unilateral, a la que Edgar Morín suele llamar el pensamiento tuerto. Forma de pensar que nos hace creer a cada uno que lo que cada quién percibe y entiende es la verdad y que por tanto los otros están equivocados. Existen personas que toman en cuenta tan sólo un punto de vista y excluyen a los demás; ven una parte o el todo sin las partes, se interesan por lo interno o por lo externo; como decía el pensador ecuatoriano Manuel Agustín Aguirre "miran el mundo por el ojo de una aguja". Ven el árbol o el bosque en vez de ver al árbol y al bosque. Estas están convencidas que lo que perciben es la verdad, la totalidad de la realidad. El pensamiento unilateral, es el que alimenta todo tipo de dogmatismo, sectarismo, prejuicios, conflictos y guerras que separan a los seres humanos. Felizmente, también siempre existieron y existen personas, que lamentablemente son pocos, que pensaron con sabiduría, es decir, que tenían una mente abierta y que aprovechaban los aciertos y errores propios, de los demás y recogían las experiencias y conocimientos acumulados.

### EL PENSAR DEL NUEVO ESPIRITU CIENTIFICO

El mensaje de la nueva física y del nuevo espíritu científico, que lamentablemente no se encuentra impregnado en la conciencia de la mayoría de las personas, es el siguiente: existen diferentes niveles de profundidad para comprender cualquier realidad; cualquier realidad es compleja, requiere de la ayuda de múltiples disciplinas para ser comprendidas; no se puede comprender ninguna realidad que se examine desde un solo punto de vista; se requiere formar parte de equipos multidisciplinarios para acercarnos a la comprensión de una realidad; que cualquier realidad constituye un sistema, que a su vez forma parte de otros sistemas, cada vez más amplios hasta llegar a explicar al universo; finalmente, que lo más importante es aceptar que todo conocimiento tiene un límite, como dijo Einstein, "toda explicación tiene un campo de aplicación y un límite a partir del cual deja de funcionar que es reemplazado por otra explicación que también tiene un campo de aplicación", así sucesivamente. Cada conocimiento es como el color de una pintura y necesitamos del aporte de los otros colores para poder hacer una obra de arte.

### EL RETO DE LA HUMANIDAD ACTUAL RESPECTO A SU PENSAMIENTO

El reto de la humanidad es pasar de la creencia de que se es dueño de la verdad, al que en el mejor de los casos, somos poseedores tan solo de una parte –mayor o menor- de la verdad. Tenemos que aceptar delante de nuestros hijos, de los estudiantes y los demás, que no tenemos el conocimiento total; que el equivocarnos, es algo del que no está libre ninguna persona y que la verdad es relativa, es un proceso inacabado de construcción entre todos.

En un grupo pequeño o grande de personas, frente a un problema o una pregunta, de mediana o gran complejidad existen varias opciones. Cuando una persona o cada una por separada cree que por sí sola tiene toda la verdad y los otros están equivocados, lo más seguro es que esa persona o los otros que piensan así individualmente, también estén equivocados. Individualmente o un grupo no se equivoca o acierta, cuando acepta que lo uno sabe o comprende es tan solo una parte de la verdad y que requiere de la contribución de los otros, para mejor comprender lo que se examine. No se pueden comprender los problemas ambientales y humanos desde un solo punto de vista. Tenemos que aceptar que cualquier realidad es multicausal, multidisciplinaria, que formamos parte de sistemas y que holísticamente estamos conectados con el Universo.

Mientras la humanidad en su conjunto no cambie nuestra forma de pensar, absolutista, maniqueísta que en forma dogmática, sectaria y hasta fanática nos hace creer a cada uno que tenemos totalmente la razón y la verdad y que los otros están equivocados seguiremos luchando entre sí como entre tuertos, con el peligro de quedarnos todos ciegos. Hay que superar un pensamiento crítico incompleto, una forma de pensar destructiva experta en descubrir las "fallas del otro" y no ver los propios errores. Como señaló Jesucristo capaz de "ver la paja en el ojo de otro y no la viga en el propio". Debemos eliminar lo negativo de lo propio y ajeno e integrar lo positivo de cada persona y cultura. Como extraordinariamente lo señaló José Martí, la vida, la cultura, la educación debe ser "una síntesis viviente de los valores trascendentales de la humanidad".